

Assista aqui e participe da conversa sobre o trabalho dos oficiais de justiça na pandemia

“Meta é sairmos vivos dessa crise”, afirma sociólogo contra metas do teletrabalho na pandemia

“Nossa meta hoje é sairmos vivos dessa crise, não só eu, você, nós, mas a classe que vive do trabalho.” Assim o sociólogo e professor Ricardo Antunes, titular do departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, encerrou sua participação na décima transmissão ao vivo realizada pelo Sintrajud desde que teve início a quarentena de distanciamento social imposta pela pandemia do novo coronavírus.

A postura incisiva do professor reflete a necessidade de resposta que uma das maiores autoridades nos estudos sobre o mundo do trabalho avalia que os trabalhadores dos setores público e privado colocados forçosamente em regime remoto de exercício funcional durante a pandemia do novo coronavírus precisam formular.

Autor de mais de 30 livros, editados em mais de uma dezena de países, Ricardo Antunes estuda as relações de trabalho no Brasil e no mundo desde a década de 1970. O sociólogo já atuou como docente na Universidade de Sussex, na Inglaterra, e ainda leciona como visitante regularmente nas universidades de Coimbra, em Portugal, e Ca' Foscari, na Itália.

O debate sobre as metas impostas pelas administrações sob a nova realidade do teletrabalho em massa no Judiciário Federal durante a suspensão do expediente e dos prazos processuais permeou toda a conversa, realizada no meio do feriadão da Semana Santa, que atingiu cerca de 1.500 visualizações no Facebook e no YouTube do Sindicato.

“As metas [sempre] foram utilizadas como instrumento de aferição da produtividade, mas ocorre que neste momento a gente tem praticamente a totalidade da categoria colocada em regime de teletrabalho, muitos sem a adequada estrutura”, lembrou o diretor do Sindicato e servidor do TRT-2 Fabiano dos Santos.

Ricardo Antunes ressaltou que as metas de teletrabalho em voga na atualidade “são o cronômetro do [Frederick] Taylor piorado, porque a gente tem que interiorizar”. Taylor foi o desenvolvedor do chamado modelo taylorista de produção, que organizou o trabalho no fim do século XIX eliminando os poros de tempo ocioso, aumentando a produtividade e a superexploração extraída do processo produtivo.

Antunes ressaltou que a realização do trabalho remoto em si não é o problema, ressaltando que sua polêmica não é com o desenvolvimento tecnológico, a serviço de quê a modernização é instrumentalizada. “A bomba atômica foi um “avanço” tecnológico destrutivo para a humanidade. A forma como o capitalismo organiza essa forma de trabalho de visando inviabilizar a organização coletiva, reduzir os custos para o empregador e precarizar direitos é a preocupação que o especialista considera fundamental pautar.

“Para os capitais é o melhor dos mundos”, porque “joga o trabalhador ou a trabalhadora na sua casa, isolado, não paga a ele transporte, alimentação, não paga nem a ele nem a ela nada dos gastos que ele tem dos equipamentos nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, o que for, e mais, separa os trabalhadores e trabalhadoras dos seus companheiros de trabalho, individualiza o trabalho”, destacou.

Outra ponderação apontada por Ricardo Antunes sobre o teletrabalho são os impactos negativos para serviços que visam assegurar direitos, como a educação – que a distância perde a necessária interação professor-aluno -, a tendência à mecanização e padronização de processos que deveriam individualizados – como a prestação jurisdicional.

Ricardo Antunes lembrou ainda que o setor público brasileiro sofre também as consequências de um liberalismo “de tipo fascistizante, degradado, brutalizado – e que a res pública, a coisa pública, está sendo profundamente vilipendiada. Mas não fosse o que existe de trabalho público no país, estaríamos numa indignância brutal, como estamos vendo no Equador e na região mais avançada da Itália”, disse.

A “servidão” imposta plataformas ameaça vidas

O sociólogo também abordou como o capitalismo ilude o trabalhador neste processo de retirada de direitos pregando a ideia do “empreendedorismo”. Para ele, essa é uma forma de jogar para os indivíduos que dependem do trabalho para sobreviver a responsabilidade pela ausência de emprego para todos e, assim, ir rebaixando os patamares salariais e direitos.

A pandemia em meio ao avanço do modelo das plataformas de aplicativos escancarou os problemas dessa forma de trabalho. Muitos trabalhadores dessas empresas têm sido forçados a continuar trabalhando em meio à quarentena parcial, arriscando a própria vida, de suas famílias e das pessoas a quem fazem as

entregas porque não recebem salários fixos, mas apenas pequenas porcentagens das entregas e transportes de pessoas que realizam.

“De um dia para o outro o desempregado passou a ser “empreendedor”. Agora ele está vendo a mentira”, afirmou Antunes.

No estado de São Paulo, o próprio governo estadual já expressou preocupação com o fato de que o isolamento social deveria estar no patamar de 70% para assegurar o achatamento da curva de contágio, mas apenas 49% da população está de fato em casa. Ao invés de propor medidas de garantia de renda e preservação do emprego para evitar que as pessoas sejam obrigadas a sair de casa para trabalhar, o governador João Doria já ameaçou utilizar a PM contra pessoas nas ruas – o que tradicionalmente só ocorre nas periferias e regiões onde o contingente populacional pobre e negro é maior. Como evidenciou a manifestação pela retomada integral das atividades econômicas realizada por empresários e grupos bolsonaristas no sábado (18 de abril), com direito a “buzinaço” em frente ao Hospital das Clínicas e ao Instituto Emílio Ribas.

Auto-organização

Durante a *live*, muitas foram as perguntas sobre as perspectivas pós pandemia, papel dos sindicatos e alternativas.

Para Ricardo Antunes, “as periferias emparedadas entre as milícias, imbricadas com o governo, e o narcotráfico, estão fazendo auto-organização. É única forma de sobreviver, e o embrião de uma sociedade de novo tipo. É um papel muito importante o dos movimentos sociais na periferia. Movimento negro, movimento feminista, movimento de juventude, movimento LGBT.”

Também diretora do Sindicato e servidora do TRT, Inês Leal,

que participou também da *live* concordou. “Está colocada a tarefa da auto-organização da classe, porque a burguesia não oferece uma saída para a gente. A burguesia oferece nesse momento mais ataques, mais retirada de direitos e nos coloca numa situação que ameaça as nossas vidas, em nome do lucro, afirmou.

O sociólogo afirmou ainda que “temos um conjunto muito grande de desafios do movimento sindical também.”

Entre esses desafios estão: pensar um projeto coletivo solidário e de classe, que só seria possível a partir da compreensão das questões cruciais do nosso tempo pela maioria da população.

Na opinião de Antunes, essas questões cruciais são: um trabalho dotado de sentido; a preservação da natureza; o reconhecimento das dimensões de gênero, de raça, etnia, direito em plenitude à liberdade sexual, direito de organização e atividade da juventude. Em resumo “a vida contra o lucro.”

Sobre as dificuldades de mudanças estruturais e transformação social de grande porte, Ricardo Antunes lembrou que “30 anos atrás, se falasse para vocês que a União Soviética ia acabar alguém ia acreditar? Pois bem, a segunda potência do mundo desmanchou. O capitalismo não é eterno”, disse.

E ele lembrou ainda que o que está salvando a população mundial de um desastre ainda maior na pandemia são os Estados Nacionais, a estrutura pública. “Se não fosse o SUS, não fosse o que existe de trabalho público no país, estaríamos numa indigência brutal, como estamos vendo no Equador [país em que corpos têm sido abandonados nas ruas porque não há estrutura pública de sepultamentos e o sistema privado colapsou] e na região mais avançada da Itália”, frisou.

Para Ricardo Antunes, não é por acaso que mesmo economistas neoliberais têm defendido a injeção maciça de investimentos públicos neste momento. “Também estão preocupados com o

capital. Tudo que parece sólido está derretendo”, afirmou. O sociólogo defendeu que os recursos para enfrentamento ao coronavírus deveriam vir da taxaço dos lucros, dos lucros dos bancos e heranças, mas a conta vem sendo cobrada majoritariamente aos trabalhadores e trabalhadoras.



Serviço

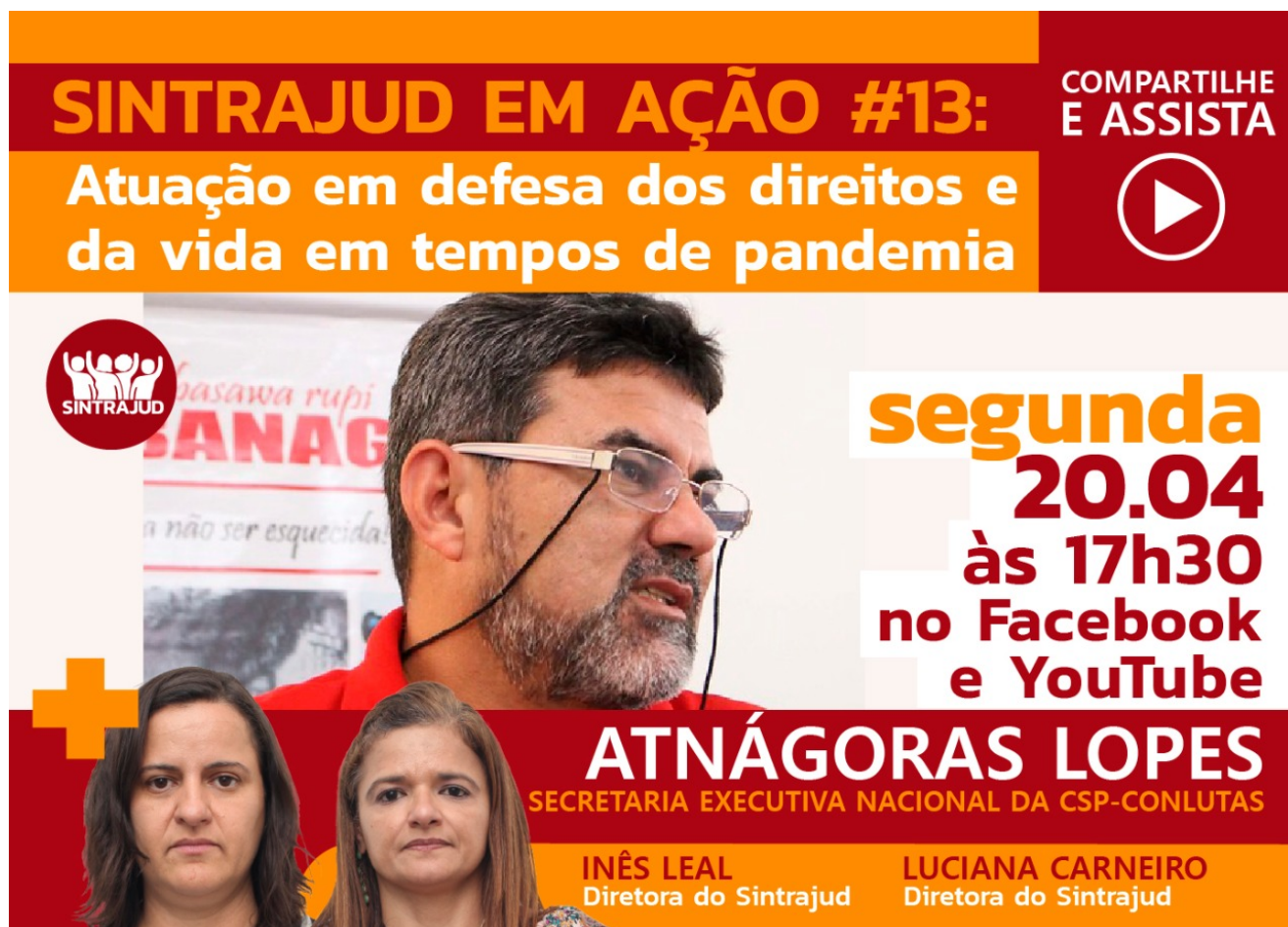
As transmissões ao vivo realizadas pelo Sintrajud acontecem sempre às segundas-feiras (17h30) e às quintas-feiras (11 horas) pelo Facebook, YouTube e o *site*. Assista abaixo o vídeo da conversa com Ricardo Antunes. Todos os vídeos estão a disposição para quem quiser rever e para quem perdeu.

Assista aqui à transmissão ao vivo com Atnágoras Lopes

Tivemos problemas técnicos para iniciar e pedimos desculpas a nossa audiência.

Transmissão ao vivo de

segunda tem participação da CSP-Conlutas e debate ataque a direitos



SINTRAJUD EM AÇÃO #13: COMPARTILHE E ASSISTA

Atuação em defesa dos direitos e da vida em tempos de pandemia

segunda 20.04 às 17h30 no Facebook e YouTube

ATNÁGORAS LOPES
SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL DA CSP-CONLUTAS

INÊS LEAL
Diretora do Sintrajud

LUCIANA CARNEIRO
Diretora do Sintrajud

Na décima terceira transmissão ao vivo desde o início da quarentena imposta pela disseminação acelerada do coronavírus, o Sintrajud terá como convidado Atnágoras Lopes, integrante da secretaria executiva nacional da central sindical CSP-Conlutas, à qual o Sindicato é filiado. A live terá início às 17h30 desta segunda (20/4), com exibição simultânea pelo [Facebook](#), [YouTube](#) e aqui pelo [site](#). O tema do encontro virtual será “Atuação em defesa dos direitos e da vida em tempos de pandemia”.

A entidade, que organiza categorias do setor público e privado e também movimentos sociais e coletivos populares, vem organizando uma série de iniciativas contra os ataques promovidos por patrões e governos federal, estaduais e municipais aos direitos dos trabalhadores. Durante a pandemia já foram organizadas paralisações e greves de categorias do setor privado que continuam funcionando, ações de solidariedade e a busca de unificar a classe para a necessidade de construir uma nova greve geral em defesa das conquistas trabalhistas e sociais é uma das principais pautas da Central.

Da direção do Sintrajud, vão participar as servidoras Inês Leal e Luciana Carneiro, que também vão trazer os informes das últimas iniciativas do Sindicato desde o início do período de isolamento social e suspensão do expediente nos tribunais. Embora em regime de trabalho a distância, o Sintrajud continua funcionando, com uma série de iniciativas jurídicas e atendimento telefônico aos servidores sindicalizados – pelo número (11) 98933-6276 ou pelo WhatsApp ([basta clicar aqui para mandar sua dúvida ou cadastrar seu telefone para receber as notícias do Sintrajud](#)).

Confira abaixo as transmissões já realizadas pelo Sindicato:

**MP 905 caduca segunda-feira:
pressionone os senadores contra
a aprovação**



Após pressão de diversas entidades sindicais e movimentos sociais, além de polêmicas entre os próprios pares, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), decidiu tirar da pauta desta sexta-feira, 17 de abril, a Medida Provisória (MP) 905, do contrato de trabalho “verde e amarelo”. O Senador afirmou que a decisão foi tomada após apelos de líderes partidários dada a falta de tempo para análise e debate sobre a MP aprovada na Câmara dos Deputados na madrugada da última quarta-feira, 15 de abril.

Para não perder a validade, a MP deve ser votada no Senado até segunda-feira, 20 de abril. No entanto, o presidente da Casa afirmou que ela pode não ser pautada na sessão de segunda se até lá não for concluído o acordo que se discute no Colégio de Líderes.

A MP 905/2019, editada e publicada pelo presidente Jair Bolsonaro em novembro do ano passado, ataca direitos trabalhistas e previdenciários e beneficia apenas empresários. Dentre os pontos estabelecidos, a medida extingue a regulamentação de várias profissões e cria um novo tipo de contratação, válido para jovens de 18 a 29 anos e para desempregados durante 12 meses a partir de 55 anos, que recebam até dois salários mínimos. Esses contratos poderiam ser registrados à revelia da legislação trabalhista.

Na opinião da direção do Sindicato, a MP não é um estímulo à criação de empregos, como diz o governo, e sim mais uma medida que elimina direitos dos trabalhadores e aprofunda a precarização, em um momento de crise e pandemia, quando o estado deveria garantir a sobrevivência da população. Além disso, a MP concorre para que as pessoas quebrem o isolamento, em busca de manter seus vínculos empregatícios, aumentando o risco de contaminação e consequente colapso do sistema de saúde.

A diretoria do Sintrajud defende que o Senado não vote a MP, nem nenhuma medida que retire direitos deve ser encaminhada para votação em período de exceção com interdição da participação cidadã no debate parlamentar. A direção do Sindicato convida também a categoria a pressionar os senadores para que deixem a MP caducar. A *hashtag* que várias entidades estão divulgando nas redes sociais contra a medida provisória é #CaducaMP905.

Informe seu nome e e-mail abaixo e clique em “enviar” para mandar sua mensagem a todos os senadores.



Carta aos senadores contra a MP 905

Seu nome (obrigatório)

Seu e-mail (obrigatório)

Carta aos senadores contra a MP905

Prezado/ Senador/a,

Em meio à maior crise sanitária internacional deste século, é dever das instituições assegurar o direito fundamental à sobrevivência com dignidade. No entanto, o que temos assistido estarrecidos são medidas cotidianas do governo federal no sentido de reduzir o imprescindível distanciamento social. Além de uma usurpação do papel legislativo por parte do Poder Executivo, com a edição de sucessivas medidas provisórias que retiram direitos - como as MPs, 927, 928, 936 e 946.

Nesta semana, o parlamento federal decidiu desenterrar a MP 905 - o chamado "contrato verde e amarelo" que o próprio presidente da República apresentou ao país como a "escolha entre empregos ou direitos". Isso acontece após a aprovação de uma série de projetos que liberam bilhões de reais do Orçamento da União para o combate à pandemia e em meio à discussão sobre o chamado "Orçamento de guerra" (PEC 10/2020), que vai signicar a socialização para a sociedade brasileira do financiamento da sobra de caixa e compra de títulos podres do setor financeiro.

A referida MP 905 estava às vésperas de caducar quando deputados e senadores decidiram salvá-la.

Frente à interdição do necessário e democrático debate público sobre tais matérias, dada a interdição do ingresso no Palácio do Congresso Nacional, apelamos aos senadores da República Federativa do Brasil que cumpram o papel que lhes foi dado pelo voto e não votem e não aprovem a Medida Provisória 905.

#NenhumDireitoAMenos

Enviar

Eleição do Sindicato é adiada em razão da pandemia e quarentena

A diretoria do Sintrajud comunica que, em virtude da extensão da quarentena imposta no estado de São Paulo para conter a disseminação do contágio populacional pelo coronavírus, o processo eleitoral para escolha da direção executiva e do conselho fiscal que aconteceria no mês de maio está sendo adiado. O pleito será marcado tão logo haja condições jurídicas e sociais – que levem em conta os fatores de risco e o efetivo funcionamento judiciário -, a fim de assegurar a plenitude do direito ao exercício de voto pelos associados e do debate político sobre a organização sindical.

O edital abaixo, também publicado no jornal 'Folha de S.Paulo' nesta sexta-feira (14 de abril) à página A19, visa informar ao conjunto de sindicalizados sobre a medida e formalizar o compromisso da direção do Sindicato com o processo democrático.



**EDITAL DE COMUNICAÇÃO DE
ADIAMENTO DA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA RENOVAÇÃO
DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO SINTRAJUD EM RAZÃO
DA PANDEMIA DE ÂMBITO INTERNACIONAL – COVID-19**

A diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por meio de seus coordenadores gerais, conforme artigo 13, alínea “k”, do Estatuto da entidade, **considerando** a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de 30/01/2020*, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19); **considerando** a Lei Federal nº 13.979/2020 e o Decreto da Presidência da República nº 10.282, de 20/03/2020, que definem os serviços públicos e as atividades essenciais, e ainda as normativas e orientações do Ministério da Saúde; **considerando** os Decretos Estaduais nº 64.881, de 22/03/2020, e 64.920, de 06/04/2020, que estabeleceram e prorrogaram a quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19; **considerando** a Lei Municipal nº 17.335, de 27/03/2020, e o Decreto Municipal nº 59.326, de 02/04/2020, que também estabelecem medidas para prevenir a disseminação do vírus, bem como normas equivalentes de outros diversos Municípios no Estado; **considerando** as Portarias de nº 73, 76 e 79/2020, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, as Portarias Conjuntas PRES/CORE nº 01, 02 e 03 do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, as Resoluções CD nº 01 e 02/2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, os Atos nº 2943 e 2946/2020 do Superior Tribunal Militar, e ainda a Resolução nº 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que suspenderam o expediente nos Órgãos do Poder Judiciário, vinculados à base de representação do Sindicato; **considerando** que os funcionários da entidade sindical estão cumprindo a quarentena com a realização de trabalho remoto, com o expediente e atendimento presenciais interrompidos; **considerando** o número crescente de casos confirmados e de mortes em todo o mundo e no Brasil, estando concentrado no Estado de São Paulo o maior número, com registro de 11.043 casos confirmados e 778 óbitos, até 15/04/2020 (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/>), sendo a capital o epicentro da epidemia no país, além do estimado elevado grau de subnotificação em todo o território nacional; **considerando** as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais medidas sanitárias que proíbem a

realização de eventos ou reuniões que concentrem pessoas em um mesmo espaço; **considerando**, por consequência, os impedimentos de ordem legal e a inviabilidade de realização dos diversos atos concernentes ao processo eleitoral; **considerando** os impactos da pandemia para toda a humanidade, em âmbito nacional e internacional, e por ser de conhecimento público e notório, com ampla divulgação pela imprensa, que no Brasil a epidemia está em movimento ascendente de propagação, tendo sequer atingido o seu pico; **considerando**, por fim, ser prioridade absoluta no atual contexto a defesa da vida e a preservação dos direitos da categoria; por força de previsão estatutária, observados os prazos e procedimentos relacionados, **RESOLVE, pelo presente EDITAL, COMUNICAR O ADIAMENTO DA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA RENOVAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO SINTRAJUD/SP**, previsto nos **artigos 41 e ss.**, e manifestar desde já que os atos e procedimentos cabíveis à espécie serão realizados pela Diretoria Executiva, de acordo com a competência que lhe é conferida pelo estatuto, tão logo restabelecidas as condições de normalidade para a realização do pleito, sob os prismas jurídico e social, considerando as determinações e orientações do poder público e das autoridades de saúde, pico de contágio, evolução da epidemia, entre outros fatores que autorizem a deflagração do processo. **São Paulo, 17 de abril de 2020. TARCISIO FERREIRA, LYNIRA RODRIGUES SARDINHA E LUCAS JOSÉ DANTAS FREITAS. Coordenadores Gerais SINTRAJUD/SP**

** O estado de pandemia foi declarado pela OMS em 11 de março deste ano. Em 30 de janeiro foi declarada a emergência sanitária.*

**Acompanhe o debate com o
desembargador Souto Maior**

**Assista aqui à transmissão ao
vivo**

**Assista aqui à transmissão ao
vivo com o sociólogo Ricardo
Antunes**

**Transmissão ao vivo de
quinta, 9/4, terá
participação do sociólogo**

Ricardo Antunes

Décima live produzida pelo Sindicato vai tratar dos impactos da nova realidade e das transformações no mundo do trabalho sobre a vida dos servidores, a organização como categoria e a luta por direitos, no Facebook, no YouTube e aqui no site, a partir das 11 horas.

SINTRAJUD EM AÇÃO #10: COMPARTILHE E ASSISTA

Pandemia, crise, e os desafios dos trabalhadores

quinta 09.04 às 11h00 no Facebook e YouTube

RICARDO ANTUNES
SOCIÓLOGO E PROFESSOR TITULAR DA UNICAMP

FABIANO DOS SANTOS **INÊS LEAL**
Diretor do Sintrajud Diretora do Sintrajud

A convite da diretoria do Sintrajud, o segundo bate-papo virtual desta semana terá a presença do professor Ricardo Antunes, titular da Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, para debater os desafios dos trabalhadores no período de pandemia. Também farão parte do debate os diretores do Sindicato Fabiano dos Santos e Inês Leal. O décimo encontro virtual do Sindicato com a categoria acontece nesta quinta-feira, 9 de abril, às 11 horas, nas páginas do Sindicato no [Facebook](#), [YouTube](#) e no próprio [site](#).

Ricardo Antunes é uma das maiores autoridades internacionais nos estudos sobre o mundo do trabalho, ao qual se dedica desde a sua dissertação de mestrado, publicada como livro em 1988 sob o título **A Rebelião do Trabalho: greves no ABC Paulista de 1978/1980**, pela Editoria Ensaio em parceria com a Unicamp. No Brasil, é considerado o principal autor sobre o tema, inspirando gerações de pesquisadores. Autor de mais de 30 livros e participante de inúmeras coletâneas, Antunes atualmente coordena a coleção 'Mundo do Trabalho da editora Boitempo, por onde publicou seu último título – O privilégio da servidão (2019).

Na obra, o autor traz um retrato da classe trabalhadora hoje, em suas principais tendências, as mudanças trabalhistas que ocorreram na história recente do país – da redemocratização até o impeachment de Dilma Rousseff – e a explosão do novo “proletariado de serviços”, que atua nas ocupações digitais, no trabalho intermitente e na precarização. E discute como “terceirizações, desregulamentações e assédios parecem tornar-se mais a regra do que a exceção”.